



## **O CASO PORTUGAL TELECOM NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E PORTUGAL: A PERSPECTIVA DA SUA INTERNACIONALIZAÇÃO**

**Manoel Justiniano Melo da Fonseca**

SOCIUS/ISEG/Universidade Técnica de Lisboa

[manoeljmfonseca@hotmail.com](mailto:manoeljmfonseca@hotmail.com)

**Joaquim Ramos Silva**

SOCIUS/ISEG/Universidade Técnica de Lisboa

[jrsilva@iseg.utl.pt](mailto:jrsilva@iseg.utl.pt)

### **Introdução**

O processo de internacionalização da Portugal Telecom (PT) foi apresentado como uma componente fundamental da estratégia da companhia em 1997, a fim de alcançar o crescimento e enfrentar os desafios de uma nova era em que o setor das telecomunicações evolui com extrema rapidez e é objeto de mudanças profundas.

Esta estratégia vai ao encontro dos acordos de cooperação estabelecidos com parceiros estratégicos, haja vista a aquisição de 1% do capital social da Telefônica e participação no sistema Telebrás e torna-se realidade em 1998 com os investimentos no mercado brasileiro de telecomunicações, com a aquisição de participações importantes na Telesp Celular, Telesp Fixa e CRT – Companhia Riograndense de Telecomunicações, que apresentavam condições muito favoráveis de crescimento. Com estas aquisições, a Portugal Telecom implementou a sua estratégia para a entrada em novos mercados com forte potencial de crescimento nos países onde dispunha de vantagens fundamentais, decorrentes de seus laços lingüísticos e culturais, e evidentemente, do conhecimento dos negócios. Estes fatores foram determinantes no processo de internacionalização da PT. Com efeito, apesar de priorizar o mercado brasileiro, o Grupo PT, com sua expansão, alcançou uma ampla presença internacional, com investimentos nos seguintes países: Hungria, Timor-Leste, Macau, Moçambique, Quênia, Angola, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Marrocos.



Objetivando analisar a internacionalização da Portugal Telecom é necessário que se contextualize historicamente a empresa, para em seguida analisar os fatores institucionais internos que favoreceram o processo, bem como os fatores de atração do Grupo PT para o Brasil e o investimento direto português no Brasil.

### **Contextualização histórica da Portugal Telecom**

A Portugal Telecom e as suas empresas participadas operam essencialmente no setor das telecomunicações e multimédia, em Portugal e no estrangeiro, incluindo o Brasil e alguns países africanos. A empresa-mãe do Grupo é a Portugal Telecom, empresa constituída em 23 de Junho de 1994 nos termos do Decreto-Lei n.º 122/94, por fusão das empresas Telecom Portugal - SA, Telefones de Lisboa e Porto - SA e Teledifusora de Portugal - SA com referência a 01 de Janeiro de 1994. Numa perspectiva institucionalista, o Decreto-Lei nº 122/94 criou as condições para a constituição de um operador nacional de telecomunicações.

Por escritura pública realizada em 12 de Dezembro de 2000, a Portugal Telecom - SA alterou a sua denominação social para Portugal Telecom, SGPS, SA, tendo modificado o seu objeto social para sociedade gestora de participações sociais. Em resultado do processo de privatização iniciado em 01 de Junho de 1995 e terminado em 04 de Dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido majoritariamente por acionistas privados. Em 31 de Dezembro de 2009, o Estado Português e as entidades por ele controladas, direta ou indiretamente, detinham 9,72% do capital da Portugal Telecom e todas as ações da Categoria A. Estas ações, em número de 500, pertencem ao Governo Português, devido a “Golden Share”, lhes permite decidir sobre: autorização de aquisições de ações ordinárias representativas de mais de 10% do capital social por acionistas que exerçam atividade concorrente com a atividade desenvolvida pela PT; aprovação dos objetivos gerais e princípios fundamentais das políticas da Sociedade; além de poder nomear dirigentes da empresa.

Em 2009, a maior entidade empresarial portuguesa com capitais privados, a Portugal Telecom, contava com cerca de 72 milhões de clientes distribuídos por diversas áreas de negócio nos quatro cantos do globo.



A cultura comum, entre outros fatores, ofereceu as condições necessárias à conquista de sucessos como a compra da Telesp Celular em Julho de 1998, quando da segunda maior privatização do mundo, concretizada pelo governo brasileiro. A aquisição abriu o caminho para a posterior joint-venture com a Telefónica Móviles e que deu origem, em abril de 2003, a VIVO, que, nos anos seguintes, se constituiu no maior operador móvel da América Latina e quarto em nível mundial. Iniciava-se assim uma nova etapa na internacionalização da Portugal Telecom no Brasil que, no que diz respeito a VIVO, terminaria em julho de 2010.

### **Fatores institucionais internos que induziram o processo de internacionalização da Portugal Telecom**

A internacionalização do Grupo PT ocorreu no contexto da emergência de uma nova ordem econômica internacional: a mundialização do capital. Além disto, salienta-se, também, o processo de alargamento da União Européia, que representou um desafio para os seus membros. Neste contexto, caracterizado por profundas e rápidas transformações, Portugal se viu compelido a desenvolver uma economia mais competitiva e uma sociedade mais coesa, reconhecendo, inclusive, ser necessário incentivar a internacionalização.

O setor público português instituiu, em 1997, uma política pública que objetivou apoiar a internacionalização das empresas portuguesas. Assim, é que em 15 de abril de 1997 foi publicado no Diário da República a Resolução do Conselho de Ministros nº 61/97. Esta resolução vem ao encontro dos objetivos macroeconômicos do governo português que assume como opção estratégica a de que “a economia portuguesa deverá ser européia e aberta” no sentido de promover “a coesão económica e social do País” (PORTUGAL, 1997a, p. 1686). Dentre as várias medidas adotadas salienta-se, para efeitos do presente trabalho, as que seguem: “[...] garantia de uma dotação financeira de 35 milhões de contos<sup>1</sup> num período de três anos.”; e, “[...] reorganização e renovação dos instrumentos financeiros de apoio à internacionalização, nomeadamente no que respeita à política de cobertura dos seguros de crédito e à exportação e de investimento (PORTUGAL, 1997a, p. 1687).

---

<sup>1</sup> Equivalentes a 165 milhões de euros.



Essas medidas apresentam-se como de suma importância para o processo de internacionalização das empresas portuguesas, posto que para além do aparato institucional definiu-se, também, um apoio financeiro que se reveste de papel fundamental para a implementação do objetivo em pauta, haja vista, inclusive, a criação de um fundo para a internacionalização das empresas portuguesas – FIEP (PORTUGAL, 1997a, p. 1690). Tendo salientado a questão financeira, retomemos a análise da Nova Política para a Internacionalização (NPI), que visou, em termos de desenvolvimento econômico,

[...] reforçar o papel de Portugal no centro da construção europeia, em articulação com uma presença mais activa e efectiva na América, em África e na Ásia, valorizando a identidade e especificidade portuguesas, onde avultam o nosso papel no seio da CPLP [Comunidade de Países de Língua Portuguesa], a dimensão atlântica da nossa história e a expressão das comunidades portuguesas no mundo (PORTUGAL, 1997a, p. 1687).

Esta política expressou a resposta do governo português “aos desafios da globalização dos mercados”, que se baseou “numa maior iniciativa internacional no terreno dos negócios e numa diversificação das relações económicas externas [...]” (PORTUGAL, 1997a, p. 1687). De acordo ainda com a Resolução 61/97, o apoio à internacionalização deve se dar a partir de quatro princípios norteadores, a saber: *seletividade; integração; cooperação, concertação e parceria; e, eficiência.*

A seletividade deve ocorrer posto que nem todas as empresas se encontram no mesmo patamar de internacionalização. Então, é necessário que se identifique quais empresas estão capacitadas a “introduzir no tecido empresarial português modalidades de internacionalização menos frequentes e ou mais ousadas”. Nesta perspectiva a Portugal Telecom se beneficiou bastante, haja vista que atendeu a este princípio, principalmente no que diz respeito ao critério de identificação de empresas “cuja intenção estratégica passe pela inovação nas formas de internacionalização através do que se designa pelas expressões ‘operações de liderança empresarial’ e ‘operações de referência’” (PORTUGAL, 1997a, p. 1688).

O princípio da integração deve ser atendido na medida em que se busque internacionalizar empresas que detenham uma “forte posição competitiva”, bem como se estimule projetos que atendam a “toda a cadeia de valor da empresa, muito



particularmente desde a produção até à promoção dos produtos” (PORTUGAL, 1997a, p. 1689).

A cooperação, concertação e parceria visa atender ao objetivo de obtenção de formas mais ousadas de internacionalização. Este princípio deve ser atingido na medida em que se busque incentivar a cooperação: entre empresas nacionais e estrangeiras; entre empresas estrangeiras e nacionais; e, entre empresas nacionais.

A eficiência é buscada através da “reorientação e recomposição dos sistemas de incentivos existentes”, sendo estes complementados com a introdução de “novos mecanismos de estímulo à internacionalização”. Também objetiva-se: produzir “sinais identificadores claros para os agentes económicos, na linha de uma presença pública menos confusa e mais próxima”; “adotar novas práticas na organização das candidaturas e na apreciação dos projectos”; bem como, “ter-se-á de garantir que a racionalização e a simplificação acompanham a concertação com a comunidade empresarial” (PORTUGAL, 1997a, p. 1689).

Garantir que estes princípios norteadores se concretizem é o objeto desta política de apoio à internacionalização das empresas portuguesas. Para que isto ocorra é necessário perseguir três grandes eixos de intervenção: dinamização da iniciativa empresarial e do mercado; iniciativas voluntaristas; e a vertente institucional.

A dinamização da iniciativa empresarial e do mercado traduziu-se no apoio a operações de internacionalizações de base empresarial privada composta de: empresas líderes, (re)implantação de empresas portuguesas, redes de comercialização e distribuição no exterior etc. A partir de 1997 a Portugal Telecom beneficiou-se desses apoios. Segundo o Relatório e Contas Consolidadas da PT, durante o ano de 1997, no âmbito das candidaturas aos fundos comunitários, foram recebidos subsídios no valor equivalente a 13, 5 milhões de contos (PORTUGAL TELECOM, 1997, p. 88).

As iniciativas voluntárias desenvolveram-se através de iniciativas que suscitaram, apoiaram e consolidaram operações de internacionalização diversificadas, a saber: penetração em mercados externos com barreiras técnicas significativas; reforço das condições de financiamento e inovação financeira de PME; inovação nas PME; criação e desenvolvimento de novas redes de cooperação e a novos clubes de fornecedores, desenvolvendo ações-piloto e testando projetos e estratégias em matéria de



internacionalização e abrindo novas oportunidades no desenvolvimento de dinâmicas empresariais.

A vertente institucional englobou ações de diferentes naturezas legislativa e organizativa objetivando garantir um quadro global e integrado de governança na esfera da internacionalização da economia portuguesa, envolvendo uma cooperação interministerial e uma partilha de responsabilidades entre governo e diferentes ministérios.

Com a aprovação desta política pública de apoio à internacionalização empresarial e a construção dos respectivos suportes foram criadas condições favoráveis para a saída do capital português para o exterior, como é exemplo a Portugal Telecom.

### **Fatores institucionais de atração do Grupo PT para o Brasil**

O processo de mundialização do capital na década de 1990 caracterizou-se pela forte presença de empresas transnacionais, que passou a oferecer bens e serviços nos mercados domésticos, bem como pelo aumento da produção de conhecimento e informação, que têm influenciado os preços de mercado e a alocação dos fatores de produção (JORGE, 2008, p. 7).

No contexto brasileiro, os principais objetivos das reformas introduzidas durante essa década foram: a desregulamentação econômica, levando ao dismantelamento das barreiras tarifárias e da eliminação das restrições ao capital estrangeiro e a liberalização do setor externo, com o fim de incrementar as relações comerciais internacionais; e a privatização de indústrias manufatureiras e serviços públicos. Salienta-se, também, o processo de estabilização da economia brasileira, via Plano Real (MENEZES e FONSECA, 2003).

Neste novo ambiente, o investimento estrangeiro direto (IED) alcançou um predomínio sobre outros tipos de fluxos de capital estrangeiro no Brasil, em grande parte devido às condições mais favoráveis para o investimento na produção, e às reformas estruturais relacionadas com a privatização, que foram apoiadas por diversos instrumentos legais. Estes incluíram a Emenda Constitucional nº 08, de 15/08/95, que eliminou o monopólio estatal sobre os serviços de telecomunicações; a Lei 9.472, de 16/07/97, que regulamentou as concessões desses serviços; e, a Lei 9.491, de 09/09/97,



que suprimiu os limites de participação do capital estrangeiro em empresas privatizadas (FONSECA, 2004).

No contexto da internacionalização da Portugal Telecom podem-se salientar três grandes processos que atraíram o Grupo PT para o Brasil, a saber: fatores institucionais relacionados com a economia brasileira; o processo de privatização na economia brasileira; e fatores econômicos e culturais.

#### *Fatores Institucionais da Economia Brasileira*

De acordo com Charlton et al. (2003), algumas razões podem ser identificadas como estímulos de atração dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil, vejamos:

- O impacto distributivo do Plano Real em favor das camadas populares da população, que pode ser analisado através das dimensões setoriais e regionais: o crescimento da demanda, por bens de consumo duráveis e não duráveis, tem sido particularmente forte para as camadas de rendas mais baixas, tanto quanto para as camadas médias; o crescimento da demanda nas regiões mais pobres tem sido maior do que a média nacional – aumentando o consumo potencial para esses mercados.
- A consolidação do MERCOSUL, processo de integração regional que proporcionou reformas regulatórias para a liberalização do comércio, investimento e competição doméstica.
- A liberalização do comércio e a reforma regulatória combinadas com a competição entre os níveis subnacionais de governo (guerra fiscal) para atrair investimentos tem proporcionado dois tipos de efeitos sobre a localização ou realocação da produção no Brasil. Um efeito envolve um processo de descentralização industrial, que se fixava em São Paulo, em prol de outros lugares das regiões sul e sudeste. O outro efeito tem sido a realocação de algumas produções provenientes do sul e do sudeste para lugares no norte, nordeste e centro oeste.

Assim, em meados dos anos 1990, surgiram as condições favoráveis para uma entrada maciça de IED no Brasil, entre as quais o investimento português. Desta forma, as relações econômicas luso-brasileiras foram ampliando desde o início da década de





1990 e o aumento do investimento português foi, sem dúvida, a evidência mais forte do novo curso nas relações bilaterais, após décadas de estagnação (SILVA, 2002). Certamente, no início da década, poucas empresas portuguesas investiam no Brasil, enquanto que no início do novo século, centenas foram bem enraizadas no mercado brasileiro, e certo número tinha, de fato, tornado-se luso-brasileira pela dimensão dos seus negócios.

Em síntese, o impacto distributivo do Plano Real, a consolidação do MERCOSUL e a liberalização do comércio brasileiro criaram as condições institucionais necessárias para atraírem capitais externos para o Brasil e entre eles os da Portugal Telecom.

A consolidação dos investimentos da Portugal Telecom no Brasil passa necessariamente pelo desempenho positivo da economia brasileira, que possibilitou à PT obter excelentes resultados financeiros. Sendo assim, passaremos a comentar sobre a recente trajetória da economia brasileira.

Salienta-se que entre 2003 e 2009 a economia brasileira obteve taxas médias de crescimento mais elevadas que as verificadas entre os anos de 1995 e 2002. Segundo Amitrano (2010, p. 60), a partir de dados do IPEADATA, a taxa de crescimento da economia brasileira foi de 2,5% entre 1995 e 1998, 2,1% entre 1999 e 2002, 3,5% entre 2003 e 2006 e de 3,6% entre 2007 e 2009.

A partir de meados de 2003, a retomada da demanda doméstica, impulsionada inicialmente pelo aumento das exportações, parece ter inaugurado um novo regime de crescimento. Um dos seus elementos constitutivos é o aumento recente do consumo das famílias, associado a três fatores explicativos. O primeiro refere-se à articulação entre os programas de transferência de renda, o aumento do salário mínimo e a forma de operação do sistema de seguridade social brasileiro.

No que pese os programas de transferência de renda, enquanto fator que possibilitou o aumento do consumo das famílias salienta-se o Programa Bolsa Família, que possibilitou a ampliação do volume de recursos ao tempo em que se ampliou o seu grau de cobertura, favorecendo uma melhor distribuição de rendas, em favor das famílias de baixa renda, que têm elevada propensão a consumir. Assim, verifica-se que entre 1999 e 2002 o consumo das famílias cresceu em média 1,7%, no período seguinte de 2003 a 2006 o seu crescimento foi de 3,2%, entre 2007 e 2008 a taxa de crescimento





deste componente da demanda agregada foi de 6,7%, e, durante a crise mundial em 2009 o consumo das famílias cresceu 4,1% (AMITRANO, 2010, p. 63).

Pode-se salientar, assim, que este período de estabilidade e crescimento da economia brasileira, descrito acima, favoreceu positivamente à consolidação dos investimentos da Portugal Telecom no Brasil. Desta forma, a PT obteve uma ampliação extraordinária tanto em termos de mercado como em termos de resultados financeiros alcançados, o que proporcionou importantes reinvestimentos no mercado de telefonia móvel brasileiro, assim como aumentos nas remessas de lucros.

### *O Processo de Privatização no Brasil*

Ao longo dos anos 80 passou a existir uma pregação sistemática no sentido de o Estado se despojar das empresas, ditas estatais, como também deveria financiar as operações de privatização. A privatização, através da transferência do patrimônio, foi caracterizada como exemplo para indicar a retração do papel do Estado na condução da economia e as atividades relacionadas com o desenvolvimento econômico, em benefício da sociedade civil e da iniciativa privada. Neste sentido, a privatização produz um enxugamento das funções do Estado.

Considerando o que foi dito acima parte-se, agora, para a análise propriamente dita do processo de privatização no Brasil. Este pode ser dividido em quatro fases: a) a que ocorreu ao longo dos anos 1980; b) a que foi de 1990 a 1995; c) a que ocorreu entre 1995 e 2002; e, d) a que se iniciou em 2007.

Assim, a primeira fase remonta suas origens a 1981, quando foi criada a Comissão Especial de Desestatização (CED), que entre aquele ano e 1984, privatizou 20 empresas (PINHEIRO e GIAMBIAGI, 1992, p. 262). Ao término da década de 80, havia um total de 38 empresas privatizadas. A característica básica desta primeira etapa das privatizações no Brasil consistiu num processo de “reprivatizações”, dado que boa parte dessas empresas havia sido absorvida, anteriormente, pelo Estado em função da sua situação falimentar (OLIVEIRA FILHO, 1991, p. 91). O principal objetivo, desta primeira etapa do processo de privatização no Brasil, foi o saneamento financeiro da carteira do BNDES. Outra característica dessa fase do programa que vale a pena mencionar foi a total inexistência de mobilização política em torno das operações de



venda. Algumas delas foram suspensas por medidas judiciais tomadas por interessados na venda, principalmente acionistas minoritários.

Uma segunda etapa do processo de privatização iniciou-se em 1990, com o lançamento do Plano Nacional de Desestatização (PND) do governo Collor, que objetivou a contribuição para a modernidade do parque industrial do país, ampliando sua competitividade e induzindo a capacidade empresarial nos diversos setores da economia. Esta etapa caracterizou-se pela alienação dos ativos públicos em troca das chamadas “moedas podres”<sup>2</sup> (MENEZES, 1995). Privilegiou-se ainda a venda de empresas tradicionalmente estatais, ao contrário do que ocorreu na primeira etapa, quando predominaram as reprivatizações de empresas que já tinham pertencido ao setor privado. Este fator refletiu-se principalmente no aumento do porte das empresas privatizadas a partir de 1990.

Uma outra característica dessa etapa, segundo Giambiagi e Além (1999), foi o fato de que o enfoque ser o da privatização de setores, ao contrário do que ocorreu até 1990, quando predominaram as vendas de empresas isoladas. Salienta-se, também, que a partir de 1990 passou a existir um marco regulatório do processo de desestatização, com a promulgação de uma lei de privatização. Por fim, o processo de privatização esteve inserido em uma estratégia geral do governo, que contemplava a promoção das chamadas “reformas de mercado” (abertura comercial, desregulamentação da economia, redução do tamanho do Estado etc.). Nesta etapa registrou-se ainda a venda de empresas dos setores industriais – siderurgia, petroquímica e fertilizantes.

A terceira etapa do processo de privatização no Brasil é identificada no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a aprovação, em fevereiro de 1995, da Lei de Concessões – que objetivou estabelecer regras gerais pelas quais o governo concede a terceiros o direito de explorar a “produção” de serviços públicos, a exemplo dos serviços de geração de energia elétrica e de telecomunicações. A privatização desses setores requereu um esquema adequado de regulação, objetivando proporcionar uma maior competição do setor, eliminando, portanto, a situação de monopólio público.

---

<sup>2</sup> São consideradas “moedas podres” os títulos da dívida da União, a exemplo das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) e dos Títulos da Dívida Agrária (TDA), entre outros. Ou seja, títulos que seriam resgatados no longo prazo.



Essa etapa da privatização iniciou-se com o setor elétrico, quando da colocação à venda das duas empresas distribuidoras de energia de propriedade do governo federal, pertencentes à *holding* Eletrobrás: Escelsa e Light. Depois disso, passou para a tentativa de venda das quatro empresas geradoras da mesma Eletrobrás: Furnas, Eletrosul, Eletronorte e Companhia Hidroelétrica de São Francisco (CHESF). Nas telecomunicações aqui analisadas, o processo começou com a venda das concessões da chamada “banda B” de telefonia celular, jornalisticamente qualificadas como “venda de vento”, pelo fato de se estar leiloando era não um ativo e sim o direito de concorrência com as empresas públicas que já operavam com a telefonia celular.

A quarta etapa do processo de privatização no Brasil iniciou-se em 2007, com as concessões de rodovias federais, no governo Lula. Todavia, anteriormente a esta etapa, no que diz respeito a pequenos bancos públicos estaduais, que foram incorporados pelo governo federal, manteve-se a continuidade do processo iniciado pelo governo de FHC da venda desses ativos. Assim, foram alienados pelo governo federal os Bancos dos Estados do Maranhão e do Ceará. Esta etapa se distingue das demais em função de que não ocorre uma venda do patrimônio público e sim concessões para construção e/ou exploração do mesmo, por um determinado período de tempo, sem que esse patrimônio deixe de ser público.

Nesta síntese do processo de privatização ocorrida no Brasil importa salientar que, para efeitos do presente trabalho, o momento crucial e de maior dimensão econômico-financeira foi à venda de ativos públicos do setor das telecomunicações, a qual propiciou a entrada do capital português e em particular os investimentos da Portugal Telecom no setor de telefonia móvel brasileiro.

#### *Fatores Econômicos e Culturais da Internacionalização*

A análise da dimensão econômica do investimento é realizada por Costa (2003) através de quatro determinantes: potencial de crescimento do mercado brasileiro, dimensão do mercado brasileiro, aumento do volume de negócios e insuficiente dimensão do mercado nacional. As questões culturais são analisadas através de: língua comum, proximidade cultural e laços históricos. E, a imagem do país de destino (Brasil) tem como determinantes: as reformas econômicas e a estabilidade política. Costa (2003,



p. 137) chegou às seguintes conclusões: “essas empresas aproveitaram a oportunidade oferecida pelo conjunto de transformações, de carácter económico e político, por que passou a economia brasileira ao longo dos anos 90, como forma de desenvolver, (...) e encetar, o respectivo processo de internacionalização”; bem como, a análise realizada revelou, também, que “a proximidade cultural entre Portugal e o Brasil, traduzida essencialmente na língua comum, desempenhou um papel decisivo, (...), já que existia, por parte dos empresários portugueses, uma percepção clara de que realizar negócios no Brasil seria semelhante à tradição e prática portuguesas”.

A estratégia de internacionalização das empresas portuguesas encontra como primeira motivação, de acordo com Costa (2006, p. 39), “a necessidade da expansão” dessas empresas, bem como “as dificuldades que encontram em prosseguir essa estratégia no contexto do mercado europeu”. Assim, há que se concluir que, face ao processo de mundialização do capital, associado às especificidades brasileiras (abertura econômica e privatização) e às especificidades portuguesas (necessidade de crescimento das empresas portuguesas, insuficiente dimensão do mercado nacional etc.), entre outros fatores, abriram-se as perspectivas de estreitamento das relações entre Brasil e Portugal, principalmente no que pese a ampliação do IED português no Brasil. Como estes fatores foram os salientados pelas 240 empresas, analisadas por Costa (2003), para explicar os determinantes do investimento português no Brasil, pode-se deduzir que também fornecem as explicações necessárias para o entendimento acerca dos fatores de atração do investimento da Portugal Telecom no Brasil.

Os quatro fatores mais determinantes da internacionalização do capital português são de natureza econômica, sendo que o quinto fator, de natureza não econômica, relacionado com a “afinidade histórica, lingüística e cultural” continua a ser determinante na estratégia de negócios das empresas no Brasil, tendo sido muito bem pontuado na avaliação dos empresários portugueses.

### **Investimento direto português no Brasil**

No contexto de incremento do IED global, é de destacar o investimento português no Brasil, que no período de 1995-2001 cresceu a uma taxa muito elevada (SILVA, 2005), permitindo o reforço das relações econômicas entre os dois países. O elemento

mais importante neste processo foi a aquisição da Telesp Celular (Estado de São Paulo) pela Portugal Telecom (PT), em julho de 1998, no quadro da privatização da Telebrás (FONSECA, 2004). Além disto, essa operação constitui um reforço das relações entre as economias do Brasil e de Portugal no setor chave das telecomunicações, que tem sido palco de grandes inovações e modernização estrutural nas últimas décadas.

No contexto geral do processo de mundialização do capital pode-se especificar a dinâmica de internacionalização da economia portuguesa. Nos últimos anos ampliaram-se de tal forma os investimentos diretos no exterior por parte de empresas portuguesas que tem se constituído numa alteração qualitativa do posicionamento de Portugal nos fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE), passando a ser, de tradicional receptor líquido de investimento estrangeiro a investidor líquido no exterior, entre 1998 e 2001 (CLARO e ESCÁRIA, 2003).

A Tabela 1, abaixo, demonstra o comportamento do investimento direto estrangeiro e do português no Brasil, durante o período de 1998 a 2009.

**Tabela 1: Investimento Direto Estrangeiro e Português no Brasil (1998 - 2009)**

Ano	Total de Ingressos	Δ %	Em milhões de US\$		
			Ingressos de Portugal	Δ %	Participação de Portugal (%)
1997 <sup>(1)</sup>	17.879,00		681,01		3,81
1998	26.346,00	47,4	1.755,12	157,7	6,66
1999	31.235,00	18,6	2.409,40	37,3	7,71
2000	33.331,00	6,7	2.514,80	4,4	7,54
2001	21.041,70	-36,9	1.692,26	-32,7	8,04
2002	18.778,30	-10,8	1.018,76	-39,8	5,43
2003	12.902,41	-31,3	201,20	-80,3	1,56
2004	20.265,34	57,1	570,20	183,4	2,81
2005	21.521,57	6,2	334,62	-41,3	1,55
2006	22.231,30	3,3	300,31	-10,3	1,35
2007	33.704,58	51,6	468,08	55,9	1,39
2008	43.886,30	30,2	1.025,91	119,2	2,34
2009	30.443,97	-30,6	376,97	-63,3	1,24

Fonte: Elaboração Própria. Dados do Banco Central do Brasil.

Notas: I - No período de 1998 a 2000, são considerados os ingressos de investimentos para empresas receptoras de US\$ 10 milhões ou mais ao ano.

II - A partir de 2001, são considerados todos os ingressos de investimentos.

<sup>(1)</sup> Incluiu-se o ano de 1997 como parâmetro de comparação.



Como se pode observar na Tabela 1, acima, os ingressos do IED português no Brasil foram crescentes a partir de 1998, ano que ocorreu o maior crescimento, 157,7% relativo a 1997, consequência dos investimentos da PT no mercado de telefonia móvel brasileiro, atingindo em 2000 seu maior valor absoluto, 2.514,80 milhões de dólares, e apesar da queda de 32,7% em 2001 atingiu sua máxima participação, 8,04%, do total de ingressos do investimento direto estrangeiro no Brasil.

A partir daí, sua participação foi decrescendo com algumas oscilações até atingir, em 2009, o percentual mínimo de 1,24% do total de ingressos no Brasil. Assim, a Tabela 1 acima, demonstra a queda dos ingressos de Portugal a partir de 2001 corroborando a análise de Silva (2006, p. 14) que afirma que após alguns grandes investimentos realizados pelo capital português no período 1998-2000, a aposta no Brasil começa a perder peso. Segundo Silva o período que decorre de 2002 até 2005 caracteriza-se pelo fato de que os investimentos diretos estrangeiros, oriundos de Portugal para o Brasil, não são de grande magnitude, mas, no entanto, existe uma grande quantidade de pequenos investimentos.

Convém salientar, de acordo com Costa (2003, p. 123), que, embora essa internacionalização não tenha tido um destino exclusivo, ocorreu no final dos anos 90 e início da década de 2000 uma nítida concentração no território brasileiro.

### **Considerações finais**

De um lado, os processos de abertura econômica e privatizações brasileiras contribuíram para a entrada do investimento estrangeiro, em particular do investimento direto português, de outro, o recente processo de internacionalização do capital português se constituiu em um dos principais fatores que possibilitaram a intensificação das relações bilaterais entre Brasil e Portugal.

Salienta-se, desta maneira, o estreitamento das relações entre Brasil e Portugal neste período, principalmente no que pesa aos investimentos diretos portugueses. As explicações para que tal processo ocorresse encontram-se, por um lado, no aparato institucional português, através, principalmente, da Resolução do Conselho de Ministros nº 61/97, que deu apoio à internacionalização das empresas portuguesas, como o principal fator de indução da internacionalização das empresas portuguesas e em última



instância da Portugal Telecom; por outro lado, os fatores institucionais (como o impacto distributivo do Plano Real e a abertura comercial) e o processo de privatização da economia brasileira, bem como os fatores econômicos e culturais, a exemplo da dimensão econômica do investimento, das questões culturais e da imagem do país de destino (Brasil) podem ser considerados como os principais fatores de atração.

A redução dos investimentos diretos portugueses no Brasil (IDPB) a partir de 2002 levou a uma pequena participação do IDPB no total de ingressos de IDE no Brasil, relativizando toda a aposta inicial do processo de internacionalização da economia portuguesa no Brasil. Em 2009, essa fração do total de IDE foi muito pequena, 1,24%, não representando nenhuma relevância para a economia brasileira. Todavia, a partir de 2002 foram realizados um grande número de pequenos investimentos ligados ao turismo - no setor hoteleiro localizado no nordeste, particularmente no Ceará.

O desenvolvimento recente da economia brasileira entre 2004 e 2010 contribuiu sobremaneira para os excelentes resultados alcançado pela Portugal Telecom. Além disto, as respostas dos empresários portugueses à pergunta “Voltaria a investir hoje no Brasil?”, no questionário do ICEP de 2005, afirmaram que 96% voltariam a investir no Brasil, corroborando, assim, com a atratividade deste país enquanto destino do IDPE. Esta atratividade também pode ser identificada com a continuidade da Portugal Telecom no Brasil, após a venda da VIVO, através da aquisição de uma participação direta e indireta de 25,28% do capital da Oi, em 2011.

### Referências bibliográficas

AMITRANO, Cláudio. O regime de crescimento econômico brasileiro: uma apreciação sobre o período 1995-2009. In: **Brasil em desenvolvimento 2010: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatórios anuais**. 2000 a 2006. Disponível no site: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em 15/06/2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório anual**. 2010. Disponível no site: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em 04/05/2011.

CHARLTON, Andrew; CRISTIANSE, Hans; OMAN, Charles. Incentives-based competition for foreign direct investment: the case of Brazil. OECD Working Papers on





International Investment, OECD Publishing, 2003. Doi: 10.1787/631632456403.  
Disponível no site: <http://www.oecd.org>. Acesso em 06/10/2005.

CLARO, Maria Armênia; ESCÁRIA, Susana. O investimento de Portugal no exterior – fluxos e destinos. **Prospectiva e Planeamento**, 9 (nº especial), p. 87-95, 2003.

COSTA, Carla Guapo. Factores de atracção do investimento português no Brasil – uma análise exploratória. **Prospectiva e Planeamento**, 9 (nº especial), p. 123-145, 2003.  
FONSECA, Manoel Justiniano Melo da. Investimento português no Brasil: o caso da Portugal Telecom. Lisboa: ISEG/UTL, 2004. (Dissertação de Mestrado).

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

ICEP. Os investimentos portugueses no Brasil. São Paulo: Icep Portugal, 2005.

JORGE, Marina Filgueiras. Investimento estrangeiro e inovação: um estudo sobre ramos selecionados da indústria no Brasil. Brasília: IPEA, 2008. (Texto para Discussão nº 1327). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 23/03/2009.

MENEZES, Ana Maria Ferreira. O processo de privatização no Brasil: algumas questões sobre produtividade, eficiência e competição, **Caderno do CEAS**, nº 159, setembro/outubro, p. 38-49, 1995.

MENEZES, Ana Maria Ferreira; FONSECA, Manoel Justiniano Melo da. A mundialização do capital e seus rebatimentos na economia brasileira: análise dos processos de abertura econômica e de privatização. Salvador: **Bahia Análise e Dados**, v. 13, nº 1, p. 9-21, 2003.

OLIVEIRA FILHO, Luiz Chrysostomo de. O timing da privatização. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). **Brasil em mudança**. São Paulo: Nobel, p. 87-96, 1991.  
PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio. As empresas estatais e o programa de privatização do governo Collor. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 2, p. 241-288, 1992.

PORTUGAL TELECOM. **Relatório e Contas Consolidadas**. 1997. Disponível no site: <http://www.portugaltelecom.pt>. Acesso em 17/07/2007.

PORTUGAL. **Decreto Lei nº 122**, publicado no Diário da República em 14 de maio de 1994. Versa sobre a reorganização e a renovação do tecido empresarial do setor das comunicações, possibilitando a criação da Portugal Telecom.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. **Resolução do Conselho de Ministros nº 61**, publicada no Diário da República em 15 de abril de 1997a. Versa sobre a Nova Política para a Internacionalização (NIP).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

17

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. **Resolução do Conselho de Ministros n° 168**, publicada no Diário da República em 09 de outubro de 1997b. Versa sobre a Criação do Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas (FIEP).

SILVA, Joaquim Ramos. A internacionalização das empresas portuguesas: a experiência brasileira. São Paulo: **RAE - Revista de Administração de Empresas**, vol. 45, Minas Gerais - Edição Especial, pp. 102-115, 2005.

SILVA, Joaquim Ramos. **Portugal/Brasil**: uma década de expansão das relações económicas, 1992-2002. Lisboa: Terramar, 2002.